

3 de Novembro
Auditório Orlando Monteiro
Instituto Nacional para a
Reabilitação

Conferência final

Projeto CareChild

Licenças Parentais, Desigualdades Sociais e
Bem-Estar Infantil





SESSÃO 1

Mercado de Trabalho, Desigualdades Sociais e Licenças Parentais

Apresentação: Carolina Milheiro, ICS-ULisboa

Moderação: Raquel Rego, ISCTE-IUL

Comentário: Dra. Sónia Fertuzinhos, Cruz Vermelha Portuguesa



Desafios da proteção social na parentalidade: perspectiva de parceiros sociais e especialistas

Conferência final Projeto CareChild- Licenças Parentais,
Desigualdades Sociais e Bem-Estar Infantil (CEXC/5703/2024)

Oradora:

Carolina Milheiro

ICS-ULisboa ICS- CRC-W/UCP - EPIUnit-ISPUP

Estado de arte

- Desde a década de 1960, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou, mas prevalecem empregos precários e desigualdade salarial (Casaca, 2013; Marinho et al., 2024).
- Políticas de emprego e conciliação foram introduzidas, mas a desregulação e segmentação do mercado reforçam vulnerabilidades das mulheres.
- O declínio da fecundidade está associado à precariedade laboral e à incerteza económica (Atalaia & Cunha, 2017; Cunha et al., 2016).
- O debate sobre políticas públicas deve focar-se em segurança laboral e proteção da parentalidade (Conselho Económico e Social, 2022; Leitão, 2018a).

Estado de arte

- Desde os anos 90, a legislação portuguesa flexibilizou contratos temporários, recibos verdes e outsourcing, sem reforçar a proteção dos “insiders” (Cardoso & Branco, 2018; Weisstanner, 2021).
- Durante a Troika (2011–2014), a austeridade reduziu segurança laboral, enfraqueceu a negociação coletiva e degradou salários, sem beneficiar os “outsiders”.
- O *familialismo* compensou parcialmente a falta de proteção social, mas reforçou a segmentação e dependência da família (Wall *et al.*, 2001; Esping-Andersen, 1990).



Metodologia

Tabela 1: Caracterização dos entrevistados

Nome / Entidade	Instituição / Organização	Área de Especialização / Representação	Formato de Participação
António Santos Luiz	Ex-Diretor-Geral da Segurança Social	Proteção Social / Políticas Públicas	Grupo Focal
Sofia Nabais	ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho	Fiscalização das relações laborais	
Sónia Costa	CoLABOR	Investigação em proteção social	
Carla Tavares	CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	Igualdade de género e direitos parentais	
Rita Garcia Pereira	Advogada	Direito do Trabalho	
Célia Portela	CGTP-Intersindical	Movimento sindical / Trabalhadores	
Sara Romão	ABIC – Associação de Bolseiros de Investigação Científica	Precariedade na ciência	
Rita Duarte	Sindicato dos Trabalhadores em Arquitetura	Representação profissional / Precariedade	Entrevistas
Ricardo Gouveia	Sindicato dos Trabalhadores em Arquitetura	Representação profissional / Precariedade	
Cláudia Martins	Sindicato dos Jornalistas	Setor da comunicação / vínculos precários	
Fernando Diogo	Universidade dos Açores / CICS.NOVA	Investigador – pobreza e mercado de trabalho	

Principais Resultados

Mercado de Trabalho e Condições Laborais

A precariedade em Portugal é histórica e estrutural, afetando tradicionalmente as classes populares e, atualmente, também a classe média:

O mercado de trabalho não está a precarizar-se (...), [pois] envolve um segmento significativo de população que vive em situação de precariedade há muitos anos. A grande diferença (...) [é que a] precariedade tem contagiado frações de classe que estavam anteriormente ao abrigo desse processo de precariedade, nomeadamente as classes médias. Mas a precariedade sempre foi endémica nas classes populares.

Fernando Diogo, especialista em pobreza e mercado de trabalho

Estratégia de compensação de baixos salários com subsídios e prémios prejudica acesso a benefícios sociais, como licenças parentais:

Eu sinto que tende, cada vez, a acontecer mais [a prática de complementar salários com benefícios indiretos]. Sobretudo o carro da empresa não é muito comum, porque são microempresas, portanto, não, mas tem acontecido muito colmatar baixos salários básicos com esses outros subsídios, seja quilómetros, seja outras coisas.

Rita Duarte, SINTARQ



Direito e Proteção Social: Sistema Dual

Prestação mínima do sistema por cidadania ($\approx 80\%$ do IAS) é insuficiente, deixando muitos trabalhadores fora do sistema adequado:

Na segurança social portuguesa, e não só, as prestações são em função, isto no regime previdencial, são em função dos salários. Se os salários são baixos, as prestações baixas vêm por aí [abaixo].

António Santos Luiz, ex Diretor-Geral da Segurança Social

Isto significa 418 euros, ou seja, muito abaixo do limiar de pobreza, muito abaixo do salário mínimo nacional. Portanto, estamos a falar de uma fatia de população que não consegue aceder ao sistema previdencial. Seja porque está em situação de desemprego, seja porque está em situação precária.

Sónia Costa, CoLABOR

A legislação existe, mas o cumprimento é lento e ineficaz, com multas pouco dissuasivas e fiscalização limitada:

Nós temos sistematicamente estado a elogiar a nossa legislação. (...) ainda que a CITE funcione bem, depois falha a morosidade da justiça. E falha, também, a ausência de controle rápido, célere e eficaz. Uma outra questão prende-se com as consequências que a lei atribui. Ou seja, a nossa legislação pode conceder um conjunto assinável de direitos com os quais penso que todos concordaremos, mas se eles forem incumpridos, em termos dos valores de multas (...) em que as entidades empregadoras são condenadas, muitas vezes compensa-lhes incumprir. Porquê? Porque a maior parte dos trabalhadores não se queixará, e mesmo se algum se queixar, e se a ACT desenvolver uma medida inspetiva, e se acabar por aplicar (...) uma contraordenação (...) a coima é (...) passível de ser impugnada e o processo durar anos. Portanto, há este problema, de ineficácia da legislação laboral.

Rita Garcia Pereira, especialista em Direito do Trabalho

Género e Igualdade

A precariedade laboral afeta desproporcionalmente as mulheres, expondo-as a trabalhos instáveis e à vulnerabilidade em doença, desemprego e parentalidade:

Eu acho que cada vez mais uma realidade [pagar em duodécimos] que para... que exista uma poupança nas contribuições para a Segurança Social e nos impostos pagos pelas entidades empregadoras, (...) são encontrados mecanismos de legalidade duvidosa, como pagar em quilómetros ou mesmo pagar por baixo da mesa, sem qualquer tipo de declaração, complementos ao salário, o que é extremamente problemático, porque uma pessoa se vai para a licença de maternidade, ou se fica doente e precisa de uma prestação qualquer da Segurança Social, em qualquer caso, aquilo que conta é o seu salário declarado. E, portanto, isso é uma forma também de prejudicar quem gosta do seu legítimo direito à parentalidade.

A decisão sobre quem usufrui a licença parental depende da situação financeira, fazendo com que as mães assumam a maior parte dos cuidados, e a dificuldade de conciliar trabalho e família devido a horários, creches e exigências profissionais aumenta o risco de abandono da carreira:

Muitas vezes é ponderada a remuneração para decidir quem é que vai ter [licença], quem é que vai preferir a licença. Como o corte nas licenças das mães é menor no rendimento familiar (...) muitas vezes é a mãe que... a decisão familiar é a mãe que acaba por usufruir [das licenças].

Rita Duarte, SINTARQ

[A] conciliação é mais difícil quando as creches fecham às três e meia ou os prolongamentos são até às cinco (...), mas é preciso pagar e depois isso pesa nos orçamentos das famílias. É preciso ir buscar as crianças à escola e quem vai? As mães! O que é que isso faz? Quem é que abandona mais as carreiras? (...) Percebemos que as taxas de abandono da profissão aumentam quando chega a decisão das mulheres serem mães (...). Os horários são difíceis, é uma profissão em que se trabalha aos fins de semana, em que se trabalha às vezes à noite.

Claúdia Martins, Sindicato dos Jornalistas



Família e Natalidade: Desafios da Conciliação

A CITE registou um aumento significativo de pedidos de horário flexível, sobretudo no setor privado podendo indicar uma maior necessidade de conciliação entre trabalho e família:

Nós temos verificado um aumento significativo dos pedidos de horário flexível, o que indicia uma maior necessidade, por parte das trabalhadoras e trabalhadores, de ter horários de trabalho que possam permitir uma melhor conciliação entre a vida profissional e pessoal. (...). [N]ós andávamos na casa dos mil pareceres emitidos em 2020 e agora estamos emitindo dois mil, só referentes a pedidos de horário flexível. E com uma nota curiosa (...), esta subida incide, sobretudo, sobre as áreas do setor privado (...).

Carla Tavares, CITE

A precariedade laboral restringe a autonomia económica e social dos jovens, condicionando o adiamento de projetos de construção de família:

Enquanto esta situação das condições de vida dos mais jovens não estiver resolvida, não é pelo facto de se aumentar o tempo de licença parental que vão passar a ter filhos. Enquanto as pessoas não tiverem, de facto, um emprego estável (...) não conseguem comprar a casa, porque uma das coisas que o banco pede é logo a folha de remuneração.

Carla Tavares, CITE

O incentivo à natalidade não é uma coisa exclusiva dos trabalhadores, é uma coisa que tem a ver com toda a sociedade. Se eventualmente toda a sociedade contribuir para prestações e benefícios de quem tem filhos, já é diferente. Não fica reduzido ao ser circunscrito às prestações decorrentes da segurança social do sistema previdencial.

António Santos Luiz, ex Diretor-Geral da Segurança Social

Reflexões finais

- **A licença parental é essencial para proteger mães e pais, permitindo cuidar sem perder rendimento ou vínculo laboral. Contudo, trabalhadores precários ou com vínculos informais, frequentemente, ficam excluídos do usufruto e gozo das licenças, perpetuando desigualdades económicas e de género.**
- **Políticas de parentalidade devem ser inclusivas e transversais, integrando cuidados parentais, direitos das crianças e justiça social.**
- **A eficácia das políticas depende de uma abordagem estrutural abrangente, incluindo redução do tempo de trabalho, acesso a creches, serviços de saúde e equidade na atribuição das licenças.**
- **A natalidade deve ser encarada como desafio coletivo e nacional, não apenas individual, articulando proteção social, conciliação e igualdade de género.**

Obrigada pela vossa atenção!

Referências

- Atalaia, S. & Cunha, V. (2017). O impacto da crise nos nascimentos em Portugal: uma perspetiva territorial. In J. Ferrão & A. Delicado (Eds.), Portugal Social em Mudança: Retratos Municipais (pp. 33-41). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. <http://hdl.handle.net/10451/29177>
- Cardoso, D., & Branco, R. (2018). Liberalised dualisation: Labour market reforms and the crisis in Portugal: A new departure. *European Journal of Social Security*, 20(1), 31–48. <https://doi.org/10.1177/1388262718765166>
- Casaca, S. F. (2013). As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72, 31–52. <https://journals.openedition.org/spp/1174>
- Conselho Económico e Social (2022). A Natalidade em Portugal: uma questão política, económica e social (Parecer de iniciativa aprovado na Reunião do Plenário de 11/01/2022). Lisboa: CES. https://ces.pt/wp-content/uploads/2022/01/ces_parecer_natalidadeportugal.pdf
- Cunha, V., Vilar, D., Wall, K., Lavinha, J. & Pereira, P. T. (orgs.) (2016). A(s) problemática(s) da Natalidade em Portugal: uma questão social, económica e política (coleção Observatórios ICS 3). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/APF. <http://hdl.handle.net/10451/25303>
- Esping-Andersen, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- Leitão, M. (2018a). Natalidade e Políticas de Família. In Conselho Económico e Social (Ed.), *Desafios Demográficos: a Natalidade* (pp. 155-179). Coimbra: Edições Almedina/Conselho Económico e Social.
- Marinho, S., Atalaia, S., & Cunha, V. (2024). Mulheres, homens e vida familiar: A construção da igualdade no Portugal democrático. In A. Delicado & J. Ferrão (Coords.), *Portugal social em mudança: 50 anos do 25 de Abril*, pp. 9-21. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. <http://hdl.handle.net/10451/65226>
- Wall, K., Aboim, S., Cunha, V. & Vasconcelos, P. (2001). Families and Informal Support Networks in Portugal: The Reproduction of Inequality. *Journal of European Social Policy*, 11 (3), 213-233. <https://doi.org/10.1177/095892870101100302>
- Weisstanner, D. (2021). Insiders under pressure: Flexibilization at the margins and wage inequality. *Journal of Sociology*, 50(4), 725–744. <https://doi.org/10.1177/14407833211030785>

3 de Novembro
Auditório Orlando Monteiro
Instituto Nacional para a
Reabilitação

Conferência final

Projeto CareChild

Licenças Parentais, Desigualdades Sociais e
Bem-Estar Infantil

